

CONSELHOS BÍBLICOS SOBRE POLÍTICA

Caramuru Afonso Francisco¹

Resumo:

Neste artigo, procuraremos verificar, à luz dos livros de Provérbios e Eclesiastes, quais os conselhos bíblicos existentes a respeito da política, vendo como Salomão, o mais sábio rei de Israel, sob inspiração do Espírito Santo, tratou a respeito do perfil de governantes e governados.

Palavras-Chave: Política; Salomão; Livros sapienciais; Bíblia; Governo.

Abstract:

In this paper, we intend to verify at the light of the Salomon's biblical writings (Proverbs and Ecclesiastes) the biblical principles about politics and government, mainly the rulers' and ruled' biblical profile.

Key- Words: Politics; Salomon; Bible; Government; Wisdom writings.

¹ **Caramuru A. Francisco** é Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP e graduado em Filosofia e Direito também pela USP. E-mail: rosancaf@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuraremos verificar, à luz dos livros de Provérbios e Eclesiastes, quais os conselhos bíblicos existentes a respeito da política, vendo como Salomão, o mais sábio rei de Israel, sob inspiração do Espírito Santo, tratou a respeito do perfil de governantes e governados.

Sendo um governante, evidentemente que Salomão procurou, em seus escritos de sabedoria, instruir o povo a respeito do relacionamento com o poder, a respeito da política, pois se trata de um aspecto da vida terrena. Tendo se preocupado tanto em bem conduzir o povo de Israel, a ponto de pedir sabedoria ao Senhor para governar, não seria, mesmo, de se supor que Salomão ficasse silente a respeito deste importante assunto.

Nos dias em que vivemos, em que o poder político cresce em importância e se alinha contra o Senhor, na preparação para o surgimento do Anticristo, é, mesmo, extremamente relevante que saibamos o que Provérbios e Eclesiastes têm a nos dizer a respeito da política e do relacionamento entre governantes e governados.

A política é o exercício do poder com vista à ordenação da vida em sociedade. Desde a criação, o Senhor dotou o homem do poder de domínio sobre a criação terrena, domínio este que é, também, exercido, em relação aos demais seres humanos. Há, pois, a necessidade de um governo para bem ordenar a vida social e daí vem a necessidade da política e todos os seus postulados.

Provérbios, ao tentar mostrar como se deve saber viver bem sobre a face da Terra, bem como Eclesiastes, ao buscar o sentido da vida debaixo do sol, não poderiam, então, deixar de lado este importante aspecto da vida humana, que é a política, tendo, por isso mesmo, deixando alguns ensinamentos preciosos a respeito deste tema, tanto para governantes, quanto para governados.

Iniciaremos o nosso estudo com os governantes, já que Salomão, sendo um rei, bem sabia do que estava a falar quando se dirigia aos seus “colegas de trabalho”.

1. CONSELHOS AOS GOVERNANTES

A primeira menção que temos a respeito dos governantes em Provérbios é em Pv.8:15,16, quando a sabedoria, em meio aos conselhos paternos, afirma: “Por Mim reinam os reis e os príncipes ordenam justiça. Por Mim governam os príncipes e os nobres, sim, todos os juizes da terra”. Salomão deixa bem claro a todos que a origem do poder político está em Deus, na Sabedoria que tudo criou, Sabedoria esta que, como vimos no apêndice 1, é a pessoa de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

“... Mas, no tocante à origem do poder político, a Igreja ensina retamente que o poder vem de Deus. Assim o encontra a Igreja claramente testificado nas Sagradas Escrituras e nos monumentos da antiguidade cristã. Mas, ademais, não pode pensar-se doutrina alguma que seja mais conveniente à razão ou mais conforme ao bem dos governantes e dos povos. Os livros do Antigo Testamento afirmam clamaramente, em muitos lugares, que a fonte verdadeira da autoridade humana está em Deus. ‘Por mim reinam os reis; por mim mandam os príncipes e governam os poderosos da Terra (Pv.8:15,16)...’ (LEÃO XIII. Carta encíclica *Diuturnum Illud*, nn.5,6. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_29061881_diuturnum_sp.html Acesso em 01 nov. 2013) (tradução nossa de texto original em espanhol).

Os governantes jamais podem se esquecer que são meros administradores do poder que pertence a Deus, são prepostos do Senhor, constituídos para ordenar e organizar a vida social, mas sabendo que são meros mordomos, que não têm poder por si mesmos, nem mesmo da parte do povo que os põe na posição de mando, mas que ali estão por força da vontade divina. Como seria bom que os governantes jamais se esquecessem desta verdade bíblica.

Em seguida, Salomão fala a respeito da direção, do objetivo deste poder que recebem da parte de Deus. Em Pv.14:28, diz: “Na multidão do povo está a magnificência do rei, mas, na falta de povo, a perturbação do príncipe”.

De pronto, vemos que Salomão entende que não há que se falar em governante se não houver governados. O governante vive em função do governado. O rei só é grande, só alcança grandeza se houver “multidão do povo”, ou seja, se conseguir o reconhecimento popular, se levar em conta a população que governa, se entender que depende mais ele do povo do que o povo dele.

Lembremos que a realidade política nos dias de Salomão era bem diferente da de nossos dias, onde predomina o regime democrático, onde os governos dependem do voto popular para se estabelecer e se manter. Naqueles dias, o que prevalecia era o regime monárquico, em que o poder passava de pai para filho, de forma hereditária e, portanto, a princípio, pouco importaria a vontade popular para aquisição ou manutenção do poder.

Todavia, não é isto que nos ensina a Palavra de Deus. O governante deve viver em função dos governados, deve procurar-lhes o bem estar. Quando há “falta de povo”, o príncipe anda em perturbação, sabe que corre risco de não mais governar.

Vemos aqui, ainda que implicitamente, a constatação de que o povo deve ser o alvo, o objetivo de todo governante. Como afirma o Compêndio de Doutrina Social da Igreja Romana, “...a comunidade política tem na referência ao povo a sua autêntica dimensão: ela ‘é, e deve ser, na realidade, a unidade orgânica e organizadora de um verdadeiro povo’. O povo não é uma multidão amorfa, uma massa inerte a ser manipulada e instrumentalizada, mas sim um conjunto de pessoas, cada uma das quais — ‘no próprio lugar e a seu modo’ — tem a possibilidade de formar a própria opinião a respeito da coisa pública e a liberdade de exprimir a própria sensibilidade política e de fazê-la valer em maneira consoante com o bem comum...” (PONTÍFICIO Conselho Justiça e Paz. Compêndio da Doutrina Social da Igreja, n.385, p.219).

O governante deve buscar o bem comum, que foi definido magistralmente pelo Papa João XXIII (1958-1963) como sendo “o conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua sociedade”. O governante deve, portanto, levar em conta o povo, pois é este a razão de ser daquele.

Salomão não para, porém, por aí o conselho aos governantes. Afirma, também, que “adivinhação se acha nos lábios do rei; em juízo não prevaricará a sua boca” (Pv.16:10), expressão que é melhor traduzida pela King James Autorizada que diz: “Os lábios do rei falam com grande autoridade; contudo, sua boca não deve jamais trair a justiça”.

O governante deve saber que tem ele a última palavra, que sua palavra é dotada de autoridade e, portanto, jamais deverá trair a justiça. Quando ele tomar uma decisão, estará como que julgando em nome de Deus, como faz questão de observar o comentarista da Bíblia de Jerusalém ao analisar este versículo, devendo, portanto, bem sopesar as suas decisões, ser prudente, muito prudente ao tomá-las.

A Bíblia Sagrada diz que toda autoridade é constituída por Deus (Rm.13:1) e, deste modo, os governantes devem entender a extrema responsabilidade que têm ao tomar decisões, pois o estarão fazendo em nome de Deus, devendo, assim, prestar contas a Ele de tudo quanto fizerem enquanto governantes.

Bem sabemos que, nos dias em que vivemos, os governantes acham-se totalmente irresponsáveis, em especial diante de Deus, porquanto entendem que estão no poder em virtude de suas habilidades políticas, de seu carisma, de suas estratégias. Entretanto, isto é um ledor engano, pois ali se encontram por vontade permissiva e/ou diretiva do Senhor e, por isso mesmo, terão de prestar contas de seus atos diante do Senhor. Não é à toa que o mais iníquo de todos os líderes políticos, que será o Anticristo, será tratado pessoalmente pelo Senhor Jesus na batalha do Armagedom (II Ts.2:8; Ap.19:20).

Quem quiser governar deve ter isto em mente: suas decisões causam imensas consequências, devem ser “decisões autorizadas” (como traduz a Versão Almeida Revista e Atualizada o versículo em comento).

Por isso, segue o proverbista neste texto, deve haver justiça nas decisões que forem tomadas pelos governantes, pois “abominação é para os reis o praticarem a impiedade, porque com justiça se estabelece o trono” (Pv.16:12).

A manutenção do poder pelo governante, portanto, não depende apenas de ele se voltar para o bem comum, para o bem-estar do povo, mas, também, pela prática da justiça, pela tomada de decisões que sejam justas, ou seja, que deem a cada um o que é seu.

Ao longo da história, percebe-se nitidamente o cumprimento desta palavra inspirada por Deus. Não há governo que consiga se manter, apesar de todo o poderio militar, econômico ou de persuasão se não se firmar na justiça. A injustiça corrói as bases de toda e qualquer estrutura de poder que, mais cedo ou mais tarde, ruirá, a despeito de toda a sua força bélica ou econômica.

Mas que é governar com justiça? Salomão responde, dizendo que é “julgar os pobres conforme a verdade” (Pv.29:14), circunstância que fará com que o trono do rei se firme para sempre.

Governar com justiça é enfrentar os problemas de forma real, procurando estabelecer critérios claros e transparentes para que se tenha a vida em sociedade. Quando até os pobres, que são os menos aquinhoados, os que menos podem influenciar na sociedade, são julgados “conforme a verdade”, dentro de critérios claros e transparentes, dentro de princípios e valores que são adotados e respeitados por todos, não há como se abalar um governo.

Por isso, o proverbista afirma que “não convém ao tolo a fala excelente; quanto menos ao príncipe, o lábio mentiroso!” (Pv.17:7). Quando o governante adota a mentira e o engano como armas para a sua administração, está semeando o seu próprio fim. É uma pura realidade a afirmação do presidente norte-americano Abraham Lincoln (1809-1865) de que “você pode enganar uma pessoa por muito tempo; algumas por algum tempo; mas não consegue enganar a todas por todo o tempo”. O governante não tem como se manter mentindo. Mais cedo ou mais tarde, seu poder ruirá.

Nos dias em que vivemos, entretanto, parece que a política se confunde com a mentira. Tem-se como certo, como verdadeiro “dogma de fé” entre os que dedicam à política de que a mentira deve ser a conduta a ser seguida. Em vez de seguirem o conselho do grande estadista Lincoln, preferem seguir os conselhos do ministro da

Propaganda nazista Joseph Goebbels (1897-1945), segundo a qual “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Todavia, os que creem no poder da mentira estão com seus dias contados. A verdade prevalecerá e isto veremos quando o Senhor Jesus destruir o Anticristo, que será o governante que terá a mentira como mola-mestra de todo o seu império (cf. II Ts.2:8-12).

Governar com justiça é “dissipar os ímpios e fazer girar sobre eles a roda” (Pv.20:26). Esta expressão do proverbista é-nos um tanto obscura, pois relata um costume do tempo de Salomão, referente ao debulhar o grão. Os grãos, quando colhidos, deveriam ser separados da palha e, para isto, se utilizavam de ancinhos e de rodas, que pressionam o grão, separando-o da casca, da palha. Russel Shedd, ao comentar este versículo, entende que havia uma penalidade aplicada aos criminosos naquele tempo e em que também se passava a roda sobre o fora da lei.

“*Roda*. Uma penalidade frequentemente usada pela justiça de então, aqui é mencionada a título de intimidação.” (BÍBLIA SHEDD, com. Pv.20:26, p.941).

Esta expressão, portanto, mostra que o governo, para ser um governo com justiça, não pode consentir com a impunidade. É necessário que os que transgredirem a lei sejam devida e exemplarmente punidos, pois só assim se poderá ter justiça. “O rei sábio dissipa os ímpios”, diz Salomão.

Não há fator que abale mais a credibilidade e a estabilidade de um governo do que a sensação da impunidade e isto tem sido experimentado, como nunca, por nós, brasileiros, em especial nos últimos anos. Uma das características do governo perfeito, que será o governo milenial de Cristo, está, precisamente, na ausência de impunidade. Durante Seu reinado, diz-nos o profeta, o Senhor Jesus “...julgará com justiça os pobres, e repreenderá com equidade os mansos da terra, e ferirá a terra com a vara de Sua boca, e com o sopro dos Seus lábios matará o ímpio, e a justiça será o cinto dos Seus lombos, e a verdade, o cinto dos Seus rins” (Is.11:4,5).

O governante, para se estabilizar no poder, não pode permitir a impunidade, devendo combater toda transgressão. Por isso, diz Salomão: “Tira o ímpio da presença do rei, e o seu trono se firmará na justiça” (Pv.25:5). Para que o governante se estabilize no poder, é mister que ele tire de sua presença o ímpio. Todavia, o que temos visto, invariavelmente, é que os ímpios não só são mantidos com os governantes, como, ainda por cima, são exaltados...

Salomão, ainda, diz que “o rei com juízo sustém a terra, mas o amigo de subornos a transtorna” (Pv.29:4). Para que o governo tenha justiça, torna-se preciso que o governante mantenha distância e se afaste dos “amigos de subornos”, de toda e qualquer aparência de corrupção.

A presença da corrupção num governo o corrói, faz com que o governo não tenha estabilidade nem possa se firmar. A corrupção é um mal que transtorna, perturba toda a sociedade, de modo que não se pode tolerá-la, nem muito menos praticá-la. Quando uma sociedade se orgulha e tenta se caracterizar por sua leniência com a corrupção, como é o caso do famoso “jeitinho brasileiro”, bem sabemos porque estamos diante de uma sociedade doentia e quase que em estado irreversível de enfermidade.

A corrupção traz dois males adicionais para a sociedade: as opressões e a avareza dos governantes. Salomão afirma que “o príncipe falto de inteligência também multiplica as opressões, mas o que aborrece a avareza prolongará os seus dias” (Pv.28:16). O governante que se dá à corrupção, que busca amearhar para si as riquezas, é tido como “falto de inteligência”, é um tolo, é alguém que recusa aprender do Senhor e que, por isso mesmo, está destinado à perdição e destruição (Pv.1:32).

A busca do enriquecimento próprio e fácil, às custas dos governados, gera instabilidade ao governante e ele não conseguirá durar muito neste estado de coisas, por mais que ache que poderá roubar sem fim. A história recente de nosso país tem bem demonstrado isto. A corrupção prossegue, mas os corruptos são mudados, pois não há como perdurar-se um estado de coisas como este mesmo se estando no poder.

Para que não haja aparência de corrupção, o governante deve sempre investigar tudo o que aparecer como estranho em sua administração. Salomão diz que “a glória de Deus é encobrir o negócio, mas a glória dos reis é tudo investigar” (Pv.25:2). Quando

um governante se recusa a investigar alguma aparente irregularidade em seu governo, está ele a querer equiparar-se a Deus, diz o proverbista, porquanto se arroga o direito de ser um “sabe-tudo”, de conhecer o “interior dos corações” e, portanto, ser inadmissível que algo de errado esteja a ocorrer em seu governo.

Se, porém, o governante investiga a denúncia que é feita, a notícia de uma aparente irregularidade, mostra, com isso, que é humilde, que se considera um ser humano e este seu gesto, certamente, o fará crescer em autoridade e em credibilidade e confiança diante de seus governados.

A investigação é importante e necessária, porque a mentira dura apenas um momento, enquanto a verdade sempre permanece (Pv.12:19), de forma que, com a investigação, sempre a verdade aparecerá. Ademais, a investigação impede que o governante fique preso às mentiras, pois, “o governador que dá atenção às palavras mentirosas achará que todos os seus servos são ímpios” (Pv.29:12), o que, certamente, trará instabilidade ao governo e proporcionará a solidão do governante que, como veremos infra, é algo extremamente ruim e que põe em xeque todo governo.

Além da aparência da corrupção, o governante deve se afastar dos tolos, daqueles que se recusam a aprender de Deus, que não têm a sabedoria do alto. Salomão afirma que é “um mal [que] vi debaixo do sol, como o erro que procede do governador. Ao tolo assentam-no em grandes alturas, mas aos ricos estão assentados em lugar baixo. Vi os servos a cavalo, e os príncipes que andavam a pé como servos sobre a terra” (Ec.10:5,6).

Numa primeira observação, pode parecer que Salomão aqui estaria a defender um “elitismo”, a defender a manutenção de uma “aristocracia” ou de uma “oligarquia” no poder, o que faria deste ensinamento algo “cultural” e que deve ser “desprezado na atualidade”.

No entanto, Salomão está aqui a nos mostrar, com absoluto acerto, que não se deve construir uma sociedade com injustiças, exaltando aquele que não merece ser exaltado, que é o “tolo”, o “servo”. Devemos nos lembrar que, nos dias de Salomão, realmente a mobilidade social era raríssima, mas, nem por isso, devemos desmerecer o

seu sábio conselho que, ademais, por ser Palavra de Deus, é algo que não muda, que permanece para sempre.

O que ocorre é que estamos todos dominados pelo que o filósofo Olavo de Carvalho denomina de “mentalidade revolucionária”, segundo a qual não se pode admitir a ordem presente, se deve “transformar o mundo”, sem se saber que mundo é este que irá se criar.

O que Salomão está a dizer aqui é que não pode o governante deixar de levar em conta os princípios e valores que regem a sociedade e querer subvertê-los. Quando o tolo é elevado a grandes alturas, quando se dá valor a quem não no tem, a quem nada fez para que tivesse o reconhecimento de todos, estamos sinalizando para a sociedade que não vale a pena ter uma vida ordenada, sóbria e correta.

Quando se beneficia e se dá guarida a pessoas que não se esforçaram para atingir a posição em que se encontram, quando se subvertem os princípios e valores, está-se a construir, como diz o pregador, um “mal debaixo do sol”. Porventura não é o que temos observado no mundo pós-moderno, onde as pessoas que vivem desregradamente, que nada contribuem para o bem-estar do próximo, são as pessoas exaltadas e tomadas como referencial de vida? Isto somente tem trazido mal para a nossa vida em sociedade.

Esta tem sido a triste realidade de nosso país. “...O primeiro passo para a institucionalização do gangsterismo estatal neste país foi a destruição da moral tradicional e sua substituição pelo aglomerado turvo de slogans e casuísmos politicamente corretos que, por vazios e amoldáveis às conveniências táticas do momento, só servem mesmo é para concentrar o poder nas mãos dos mais cínicos e despudorados. Quando as noções simples de veracidade, honestidade e sinceridade são neutralizadas como meras construções ideológicas e, em lugar delas, se consagram fetiche verbais hipnóticos como ‘justiça social’, ‘inclusão’, ‘diversidade’, que mais se pode esperar senão a confusão geral das consciências e a ascensão irrefreável da vigarice? E como evitar o embotamento moral, quando duas gerações de estudantes são vampirizados por professores insanos, que, após terem proclamado a total inexistência da verdade, saem no instante seguinte arrogando-se a

credibilidade absoluta do discurso veraz e reprimindo como ‘autoritária’ qualquer veleidade de enxergar nisso uma contradição?...” (CARVALHO, Olavo de. *Aguardem o pior*. In: BRASIL, Felipe Moura (org.). *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. 3.ed., p.286).

Outra coisa que o governante não pode fazer é se deixar guiar pelos instintos, ser ele próprio um tolo, um falto de entendimento. É o que ensina a mãe do rei Lemuel, que diz que “Não é próprio dos reis, ó Lemuel, não é próprio dos reis beber vinho, nem dos príncipes desejar bebida forte” (Pv.31:4).

Ao se reportar aqui ao uso da bebida forte, o provérbio, na verdade, mostra que ao governante não é conveniente mostrar-se frágil por seus instintos e pelo descontrole, pois isto, certamente, lhe retirará a credibilidade e confiança, sendo um estímulo ao vício e à subversão de valores e princípios, que, certamente, abalarão sobremaneira a vida em sociedade.

Quando o governante adota a justiça como seu parâmetro, entretanto, não só se firmará no trono, mas dissipará todo o mal. É o que diz Salomão: “Assentando-se o rei no trono do juízo, com os seus olhos dissipa todo mal” (Pv.20:8). A busca pela justiça, a intolerância com a impunidade e o distanciamento da corrupção como que trarão uma “visão excelente” para o governante que, em tranquilidade, poderá sempre se prevenir dos males que possam advir sobre o território que governa, sobre o povo que dirige.

Isto se dá porque “benignidade e verdade guardam o rei, e com benignidade sustém ele o seu trono” (Pv.20:28). Ao governar com justiça, externando assim a verdade, o rei trará benefícios para o seu povo, mostrará que quer bem a ele e, assim, além de ter, ao seu lado, a “multidão do povo”, também poderá, com o uso da benignidade e da verdade, sustentar toda a estrutura institucional, trazendo bem-aventurança para si e para a população que governa.

A política assim exercida torna-se um instrumento para que Deus aja em favor de todos os que estão debaixo deste governo. Salomão, no livro do Eclesiastes, constata que “bem-aventurada, tu, ó terra cujo rei é filho dos nobres e cujos príncipes comem a tempo, para refazerem as forças e não para bebedice” (Ec.10:17). A bem-aventurança,

que é a felicidade trazida por Deus, alcança a terra, o lugar onde o governante é uma pessoa equilibrada, sábia, moderada, que não busca senão o bem-estar de todos, o bem comum, que não está dominado pelos seus instintos, que não busca o benefício próprio.

Por isso, o próprio pregador afirma: “ai de ti, ó terra, cujo rei é criança e cujos príncipes comem de manhã” (Ec.10:16). Num lugar, onde os governantes são irresponsáveis, não têm qualquer conhecimento da seriedade de sua função, pensam tão somente em saciar a sua cobiça, no seu próprio bem-estar, sendo gananciosos, corruptos e descontrolados, a terra sofre e todos ficam a gemer e a suspirar.

Salomão é bem claro ao dizer que “quando os justos se engrandecem, o povo se alegra, mas, quando o ímpio domina, o povo suspira” (Pv.29:2). A presença de um ímpio no governo, que não atenta para a justiça, verdade ou benignidade, é causa de gemidos e sofrimento por parte do povo, máxime quando este povo é pobre, pois, “Como leão bramidor e urso faminto, assim é o ímpio que domina sobre um povo pobre” (Pv.28:15).

Um lugar governado por um ímpio é um lugar de opressões, de sofrimentos, de injustiças e de dores. O governante comporta-se como um “leão bramidor e urso faminto”, ou seja, vive ameaçando e destroçando toda a sociedade, buscando, com isso, o enriquecimento próprio e a dominação sem limites. É precisamente isto que temos presenciado neste mundo, onde os ímpios estão cada vez mais a ocupar postos de mando, preparando-se para entregar todo o poder político que detêm nas mãos do “governo mundial”. Que Deus nos guarde para que, quando este governo feroz (cf. Dn.7:19-25) chegar, já estamos com o Senhor nos ares.

Por fim, Salomão diz que o rei deve ouvir para governar. “Melhor é o jovem pobre e sábio do que o rei velho e insensato, que se não deixa mais admoestar. Porque um sai do cárcere para reinar; sim, um que nasceu pobre no seu reino” (Ec.4:13,14).

O pregador mostra que o governante, mesmo quando experiente e guiado pela sabedoria divina, não pode ter a ilusão de que pode governar sozinho, de que não depende de conselheiros e de quem o ajude a desempenhar o seu mister.

Esta afirmação que Salomão faz a respeito do rei que deve ouvir para governar se dá depois que Salomão mostra que “melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho” (Ec.4:10).

A política desenvolve-se na vida em sociedade e, por isso, o governante jamais deve prescindir, dispensar a ajuda na sua tarefa de governo. Ele nada poderá fazer sozinho e, ainda que seja “velho”, será “insensato” se não se deixar admoestar, se não ouvir os que está a governar. A segurança do governo está na multidão de conselheiros, onde se conseguirá a sábia direção para governar (Pv.11:14).

Quando se está solitário, os projetos saem vãos, mas, quando se é cercado de multidão de conselheiros, os projetos são confirmados e dão resultados (Pv.15:22; 20:18).

Jamais se governa consigo, o posto de governante não é um lugar solitário. Na história recente de nosso país, vimos um presidente da República que quis governar sozinho e quando percebeu o erro que cometera, tentou chamar o povo para que não o deixassem só, mas já era tarde demais e acabou apeado do poder.

O governante somente terá vitória, diz Salomão, nos combates da vida política, na guerra, se seguir conselhos prudentes (Pv.20:18; 24:6). O presidente que mais tempo governou nosso país, ao se isolar de tudo e de todos, acabou se suicidando, dando fim melancólico a uma estrondosa carreira política. Como as Escrituras se cumprem na vida de cada um de nós!

2. CONSELHOS AOS GOVERNADOS

Mas Salomão não se limita a dar conselhos apenas aos governantes. Também se dirige aos governados, ensinando-lhes como devem proceder no tocante à política nesta vida terrena.

O primeiro conselho que Salomão dá aos governados é que sejam prudentes, ou seja, tenham ciência do Santo (Pv.9:10). O governado, antes de tudo, precisa ser temente a Deus, precisa ter respeito e obediência ao Supremo Governante, pois, em obedecendo a Deus e O temendo, certamente também obedecerá e temerá aquele que foi

constituído pelo Senhor para governá-lo sobre a face da Terra. “Eu digo: observa o mandamento do rei, e isso em consideração para com o juramento de Deus” (Ec.8:2).

Este é um ponto essencial para a conduta do governado. Ele deve, antes de mais nada, servir a Deus, o maior dos governantes. A obediência que deve ao governante decorre da obediência que deve a Deus. Como bem ensinou o apóstolo Pedro diante dos membros do Sinédrio: “mais importa obedecer a Deus do que aos homens” (At.5:29).

É por este motivo que Salomão faz questão de dizer que “Muitos buscam a face do príncipe, mas o juízo de cada um vem do Senhor” (Pv.29:26), a nos mostrar que de nada adianta querer agradar o governante se, neste agrado, se decidir por desagradar a Deus. Nosso relacionamento com Deus está acima de nosso relacionamento com os governantes, de sorte que não há qualquer respaldo bíblico para pessoas que, em nome do agrado aos governantes, cometem pecados.

“O rei tem seu contentamento no servo prudente, mas, sobre o que procede indignamente, cairá o seu furor” (Pv.14:35). As autoridades, diz o apóstolo Paulo, “...não são terror para as boas obras, mas para as más. Queres tu, pois, não temer a potestade? Faze o bem e terás louvor dela. Porque ela é ministro de Deus para teu bem. Mas, se fizeres o mal, teme, pois não traz de balde a espada; porque é ministro de Deus, e vingador para castigar o que faz o mal” (Rm.13:3,4).

“...Paulo falou, também, a respeito da nossa posição perante a autoridade. Nós devemos nos sujeitar à autoridade e estar preparados para toda a boa obra. Se a autoridade tem direito de exigir obediência dos homens do mundo, quanto mais de nós, crentes, que temos recebido a benignidade de Deus em nossos corações. A autoridade é posta por Deus, e os filhos de Deus devem mostrar uma outra vida diferente da do mundo...” (KASTBERG, Nils. Lição 11 – O problema da disciplina à luz da Bíblia. 15 dez. 1935. In: *Coleção Lições Bíblicas*, v.1, p.308)

Quando somos “servos prudentes”, ou seja, cidadãos que cumprimos os nossos deveres para com as autoridades, para com o Estado, despertaremos o contentamento

dos governantes, não temos porque temê-los. “Viste um homem diligente na sua obra? Perante reis será posto; não será posto perante os de baixa sorte” (Pv.22:29).

Devemos, portanto, enquanto governados, cumprir e observar as leis e as ordens emanadas, a fim de que não venhamos a sofrer o castigo por parte dos governantes, castigo que será merecido e que, ao ser aplicado, não nos fará “perseguidos” nem “mártires”, mas, em sermos punidos, o nome do Senhor será glorificado e o governo, como já vimos supra, firmado.

Não há maior mal que um servo de Deus faça, portanto, do que viver desregradamente, do que viver fora dos ditames estabelecidos pelo governo, pois, em sendo um governo formado por ímpios, será firmado, trazendo ainda mais gemidos e suspiros à população, quando punir os servos de Deus que andarem desmantelados por aí.

Recentemente, foi noticiado pela imprensa que vereadores evangélicos foram forçados a aprovar um brutal aumento de imposto na maior cidade do país precisamente porque o governante ameaçou lacrar as igrejas evangélicas daquele município por saber que a esmagadora maioria delas se encontrava em situação irregular. É o povo suspirando por causa de os servos do Senhor não serem prudentes como mandam as Escrituras...

É bom termos um comportamento que agrade ao governante, pois, “na luz do rosto do rei está a vida, e a sua benevolência é como a nuvem de chuva serôdia” (Pv.16:15). Quando cumprimos nossos deveres cívicos, fazemo-nos agradáveis aos governantes e, quando se é agradável ao governante, temos uma vida mais tranquila, pois desfrutamos da sua benevolência.

Salomão diz que a benevolência do governante é como “a nuvem de chuva serôdia”. A chuva serôdia é a chuva que se dá antes do período da colheita, a chuva do outono, uma chuva abundante, que dá as forças últimas para que os frutos amadureçam e possam ser colhidos. A benevolência do governante é fonte de imensos benefícios, é uma ajuda e tanto para uma vida abundante na sociedade.

Esta benevolência será sempre uma bênção quando decorrer da prudência do servo, ou seja, quando for a consequência de uma vida correta, cumpridora de seus deveres. É por isso que o governante não pode subverter princípios e valores e procurar sempre beneficiar os que andam conforme a lei, conforme as regras, aqueles que são cumpridores de seus deveres. Quando se beneficia quem está agindo prudentemente, a tendência é o fortalecimento da sociedade e do bem comum.

Reforçando este pensamento, Salomão afirma que “como o bramido do filho do leão é a indignação do rei; mas, como o orvalho sobre a erva, é a sua benevolência” (Pv.19:12). Aqueles que causam a indignação do rei, sofrem terrivelmente, porquanto viverão sempre sob ameaça, sob a perspectiva da destruição, da morte. Já aqueles que cumprem seus deveres, receberão a benevolência do governante e terão na vida um frescor, um estímulo ao progresso e ao crescimento, o mesmo efeito refrescante que o orvalho dá à erva toda manhã. Qual tem sido nosso comportamento diante do governo?

Quando andamos de acordo com a Palavra de Deus, quando praticamos a verdade e a justiça, também estaremos agradando ao rei. É o que Salomão afirma ao dizer que “o que ama a pureza do coração e tem graça nos seus lábios terá por seu amigo o rei” (Pv.22:11).

Um verdadeiro servo do Senhor deve ser uma pessoa que tenha por amigo os governantes, amizade esta que nascerá do seu bom porte, de um porte que glorifica o nome do Senhor. Observemos que não se está aqui a dizer que devemos adular os governantes, querer fazer-lhes favores para, com isso, sermos introduzidos nas suas benesses, como, infelizmente, estão muitos a fazer, dentro daquela lógica nefanda que os estudiosos denominam de “adesismo”, ou seja, a adesão incondicional ao governante de plantão para daí tirar vantagens e proveitos.

Não é disso que se está a falar, mas, sim, de uma conduta honesta e ilibada na sociedade que seja notada pelo governante e que, em razão disto, se adquira autoridade e respeito perante aqueles que estão em eminência. Devemos cumprir nossos deveres de modo desinteressado, sabendo apenas que temos um dever maior para com Deus de sermos puros de coração e termos graça em nossos lábios, consequência de quem tem coração puro. Devemos ter por amigo o rei e não nos fazermos amigos do rei. Cabe aqui, aliás, o precioso ensino do sábio talmúdico Shemaiá, que dizia: “Ame o trabalho;

abomine assumir altos cargos; e não procure intimidade com o poder governante” (Pirke Avot 1:10).

Como explica Irving M. Bunim a propósito deste ensino: “...como regra geral, este ensinamento insta o rabino a se manter afastado dos aspectos mais sórdidos da política e a não envolver o poder e prestígio de seu cargo em disputas políticas apenas pela política como tal...” (*A ética do Sinai*. Trad. Dagoberto Mensch. 2.ed., p.44). Que bom seria que muitos líderes de igrejas locais seguissem este sábio conselho...

Por isso, um sábio compilado por Salomão recomenda que “quando te assentares a comer com um governador, atenta bem para o que se te pôs diante. E põe uma faca à tua garganta, se és homem glutão. Não cobices os seus manjares gostosos, porque são pão de mentiras” (Pv.23:1-3).

Devemos ter o governante como amigo, mas não nos fazermos amigos do governante, querendo tirar proveito da benevolência que temos, a fim de obtermos vantagens ou darmos asas às nossas imaginações e instintos. Uma grande tentação que se nos apresenta é, como servos de Deus, em virtude de nosso comportamento, sermos cooptados pelos governantes para tirarmos proveito da respeitabilidade que haurimos.

Trata-se da mesma tentação que Satanás fez ao Senhor Jesus, quando Lhe ofereceu “todos os reinos do mundo e a sua glória” (Mt.4:8). Ainda hoje o inimigo tem usado os governantes para desviar a muitos servos de Deus, oferecendo-lhe “os reinos do mundo e a sua glória”, em troca da salvação.

As benesses do poder político, diz o sábio proverbista, é “pão de mentiras”, é uma ilusão que somente nos desviará da única coisa que realmente importa que é o de chegarmos aos céus depois de termos passado por esta Terra. Não há poder político no mundo que se equipare ao privilégio de podermos adentrar nas mansões celestiais. Lembremos disto quando formos assediados pelos governantes!

“Muitos suplicam a face do príncipe, e cada um é amigo daquele que dá presentes” (Pv.19:6). Querer se beneficiar de uma proximidade com os governantes leva-nos, inexoravelmente, à corrupção. Não podemos depositar nossas esperanças no

poder político, mas em Deus. Se conduzirmos nossas vidas buscando agradar os governantes para termos uma vida feliz nesta Terra, estaremos optando por nos tornar corruptos e corruptores, o que, logicamente, nos alienará da cidade celestial. Como diz o pregador: “...porque que fará o homem que seguir ao rei? O mesmo que outros já fizeram” (Ec.2:12b). Fuja disto, amados irmãos!

A credibilidade e confiabilidade que adquirimos por sermos cumpridores de nossos deveres também permite aos governados que tentem obter legítimos pleitos diante dos governantes. Ser obedientes aos governantes não significa ser calados e não ter direito de expressar sua opinião.

Mesmo diante de uma realidade monárquica, onde havia súditos e não cidadãos, Salomão nos ensina que é lícito ao governado apresentar pedidos aos governantes, até porque, conforme já vimos, é dever dos governantes ouvir os governados.

No entanto, o bom governado deve saber se dirigir ao governante, sabendo que não se tem aqui uma relação de “igual para igual”, mas, sim, uma relação de autoridade. É esta noção que, lamentavelmente, se tem perdido nos dias hodiernos, em que as pessoas se esquecem que, embora todos sejamos iguais perante a lei, as autoridades não são pessoas enquanto tais, mas estão investidas de uma posição em que há uma hierarquia que deve ser respeitada e observada.

“Não te glories na presença do rei, nem te ponhas no lugar dos grandes; porque melhor é que te digam: sobre para aqui; do que seres humilhado diante do príncipe a quem já os teus olhos viram” (Pv.25:6,7). Precisamos entender qual é o nosso lugar e, como governados, com todo o respeito, fazermos os pedidos que devem ser feitos, mas sempre sabendo quem manda e quem governa.

Ultimamente, muitos têm se esquecido do respeito que é devido às autoridades e se comportado mal diante delas, mesmo diante de legítimas reivindicações. A série de manifestações que temos presenciado nos últimos tempos em nosso país demonstra esta ignorância e a consequência disto é que só têm servido para que pessoas revoltadas e incivilizadas, quando não ligadas ao crime organizado, desvirtuem totalmente os objetivos que se pretendem alcançar. Como é difícil querer melhorar um país sem a orientação das Sagradas Escrituras!

Enquanto governados, mesmo sendo cidadãos, detentores de legítimos direitos garantidos pela Constituição e por todo o ordenamento jurídico, jamais devemos deixar de honrar as autoridades, buscando através do diálogo e do respeito o atendimento de nossas justas reivindicações. É muito melhor sermos respeitosos e, diante de nossas atitudes, angariarmos condições de nos apresentarmos diante do governante e obtermos o atendimento a nossos pedidos do que sermos humilhados pelo governante por causa de nosso mal proceder.

“...Martin Luther King e Thurgood Marshall sabiam que, por mais sublime que fosse a sua luta [a luta contra o racismo nos Estados Unidos, observação nossa], mais fortes suas convicções e mais admiradas suas boas intenções, a vitória duradoura só chegaria pelo protesto pacífico e pela mudança das leis. Malcom X era o oposto. Para ele, em favor da causa, era válido recorrer a qualquer tipo de violência e ato terrorista. Não por outra razão, o legado de Malcom X é desprezível, enquanto Martin Luther King e Thurgood Marshall são universalmente reverenciados por terem mudado a realidade pacificamente(...). Vivemos um bom momento para lembrar a enorme valia da lição de King e Marshall de que grandes e decisivas vitórias são aquelas obtidas dentro das instituições, e não contra elas.”
(Carta ao leitor. O ativismo e as leis. *Veja*. Edição 2345, ano 46, n.44. 30 out. 2013, p.14).

Por isso, o proverbista diz aos governados: “Teme ao Senhor, filho meu, e ao rei, e não te entremetas com os que buscam mudanças” (Pv.24:21). É algo totalmente desarrazoado que um servo de Deus se torne um “revolucionário”, alguém que desrespeite as leis e as normas vigentes, em nome de uma “mudança de mundo”, de uma “transformação do mundo”.

Por primeiro, devemos nos lembrar que as autoridades foram constituídas por Deus e que resistir a elas é resistir ao próprio Deus (Rm.13:2). Assim, quem se “entremete com os que buscam mudanças” está resistindo ao próprio Senhor e, deste modo, já não mais se encontra entre aqueles que servem a Deus, fez-se Seu inimigo.

Além do mais, como ensina Salomão, “nem ainda no teu pensamento amaldiçoas o rei, nem tampouco no mais interior da tua recâmara amaldiçoas o rico; porque as aves dos céus levariam a voz e o que tem asas daria notícia da palavra” (Ec.10:20), de sorte que, além de estarmos a pecar contra Deus, ainda seremos alvo fácil do próprio governante, que sempre saberá que estamos a nos rebelar contra ele (máxime em nossos dias, em que se vê com quão grande facilidade se bisbilhota tudo o que se passa na internet, nos celulares etc. etc. etc.).

Devemos, então, compactuar com a injustiça e com a opressão feita pelo governante? Logicamente que não, pois, como podemos observar na fala de Salomão, devemos, antes de mais nada, temer a Deus, para, então, temer ao rei. Se o rei está a fazer coisas erradas, não podemos participar de seus erros, pois temos de manter uma vida de santidade, mas, dentro das instituições, dentro da lei, procurar fazer com que estes erros sejam corrigidos e evitados.

Não é nos envolvendo com aqueles que querem mudanças, que são desrespeitosos à autoridade, que não seguem a lei e a ordem, que iremos restaurar a justiça e a piedade. A rebelião é como pecado de feitiçaria (I Sm.15:23) e jamais estaremos a agradar a Deus participando de um movimento desta natureza. Como ensina a mãe do rei Lemuel: “Não dês às mulheres a tua força, nem os teus caminhos, ao que destrói os reis” (Pv.31:3).

Reside aí a importância da independência do governado para com o governante. Como ele é cumpridor de seus deveres e não está a dever favores ao governante, por causa do seu porte, pode, em meio a situações de opressão e de injustiça, servir de canal e interlocutor entre o governo e o povo, a fim de chegar a um bom termo, a fim de restaurar a justiça e a paz.

Salomão deixa isto bem claro ao dizer que “o furor do rei é como um mensageiro da morte, mas o homem sábio o apaziguará” (Pv.16:14), mostrando que a paz somente volta a uma sociedade quando o governante é convencido por um homem sábio, um homem que sabe controlar suas palavras, um homem que tenha longanimidade, que saiba de modo cauteloso, mas seguro e firme, levar as partes litigantes a um entendimento. Afinal de contas, os discípulos de Cristo são pacificadores (Mt.5:9).

Somente os servos do Senhor, governados exemplares, podem assumir este papel, pois, “melhor é o longânimo do que o valente, e o que governa o seu espírito do que o que toma uma cidade”(Pv.16:32). Quando, apesar das injustiças, opressões e misérias praticadas por um governante, soubermos nos conduzir com longanimidade, buscando, de modo pacífico e ordeiro, restaurar a paz, teremos maior valor do que aquele que opta pelo confronto e pela rebelião, ainda que seja um hábil estrategista militar. Como bem diz o pregador: “A sabedoria fortalece o sábio, mais do que dez governadores que haja na cidade” (Ec.7:19).

É preciso persuadir o governante e isto não se dará pelo confronto, pois o governante está no poder e, como bem diz o pregador, “não te apresses a sair da presença dele [o rei, observação nossa] nem persistas em alguma coisa má, porque ele faz tudo o que quer. Porque a palavra do rei tem poder e quem lhe dirá: que fazes?” (Ec.8:3,4).

Devemos, assim, ter um comportamento que não nos impeça de ir à presença do governante, que lhe traga confiança e, assim, pela insistência, pela persuasão, conseguir alterar o estado de coisas, com muito cuidado, para que tudo não fracasse, porquanto “pela longanimidade se persuade o príncipe, e a língua branda quebranta os ossos” (Pv.25:15).

Não se pode, ainda, exigir, numa negociação desta natureza, que se reduza o governante a uma mera condição de governado, que ele, do alto de seu posto, seja tratado como um igual, pois, como ensina Salomão, “Para a altura dos céus, e para a profundidade da terra, e para o coração dos reis, não há investigação alguma” (Pv.25:3). É preciso manter-se um diálogo que leve em conta as circunstâncias, mas que se respeite a própria limitação de se querer saber “o coração do rei”, pois isto somente o Senhor poderá descobrir. No diálogo com a autoridade, na busca da restauração da justiça, se deve manter o próprio lugar, não se considerar um “salvador da Pátria”.

Por isso, nesta delicada ação, os governados devem sempre confiar em Deus, a quem temem em primeiro lugar, pois é Ele a fonte de todo o poder e “como ribeiros de águas, assim é o coração do rei na mão do Senhor; a tudo quanto quer o inclina” (Pv.21:1). Devemos, portanto, entregar ao Senhor a solução da questão, sabendo que

Ele sempre fará o melhor para todos os que O amam e são chamados pelo Seu decreto (Rm.8:28).

Salomão bem sabia o que estava a falar, porquanto tinha visto o exemplo de seu pai, Davi, que, mesmo diante de um rei que o perseguia e já fora rejeitado pelo Senhor, não ousou levantar a mão contra Saul (I Sm.24;26) e nem por isso deixou de reinar sobre Israel. Sigamos, pois, este lindo exemplo.

Isto não significa, por óbvio, que, ante a realidade presente de eleições, algo que não havia nos dias de Salomão, não venhamos a nos posicionar contra governantes que não estejam a cumprir com os deveres que lhe são fixados pela Bíblia Sagrada, como vimos supra.

É nosso dever, como servos de Deus, escolher governantes que se adéquem ao figurino traçado na Bíblia Sagrada e que, portanto, rejeitemos todos candidatos que se mostrem inimigos da sã doutrina, corruptos e lenientes com a corrupção, que desconsiderem a majestade e soberania divinas, descontrolados em suas atitudes, que não gostem de ouvir, injustos, avarentos e descompromissados com a população. Sabendo que de tais pessoas Deus não Se agrada, não podemos, de forma alguma, contribuir para que eles cheguem ao poder.

Uma vez eleitos, devemos, como governados, ser prudentes e cumpridores de nossos deveres, sempre prontos para interceder em favor da restauração da justiça e da paz, mas jamais nos comprometendo com os que estão no poder, mantendo a nossa independência e, sobretudo, a nossa comunhão com o Senhor. Será que temos exercido nossa cidadania com sabedoria?

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Isael de (org.). *Coleção Lições Bíblicas*. Rio de Janeiro: CPAD, 2011. 7v.

BUNIM, Irving M. *A ética do Sinai: ensinamentos dos sábios do Talmud*. Trad. de Dagoberto Mensch. 2 ed. São Paulo: Sêfer, 2008. 524p.

CARVALHO, Olavo de. organização de Felipe Moura Brasil. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. 613p.

PONTIFÍCIO CONSELHO DE JUSTIÇA E PAZ. Trad. de CNBB. *Compêndio da doutrina social da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 2005. 528p.